

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

Gustavo Machado¹

Tainã Góis²

O mais recente livro de Ricardo Antunes, *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, publicado em 2018 pela Editora Boitempo, traz uma coletânea de ensaios e artigos produzidos pelo autor ao longo dos últimos anos, além de textos inéditos que contribuem enormemente para dar sentido às atuais transformações no mundo do trabalho. Em torno das questões: o que é trabalho no mundo informatizado-digital, quem é a classe trabalhadora hoje no Brasil e no mundo, e qual o seu papel na organização sindical e na mobilização das contradições sociais, o autor elabora suas reflexões que nos orientam em meio a uma avalanche conservadora que faz da Justiça do Trabalho um de seus principais eixos de desmonte.

Antunes alicerça a obra na explicação do que denomina de nova morfologia do trabalho social: uma nova conformação das relações laborais ditada pela mudança da correlação de forças desencadeada pelas transformações na organização da esfera produtiva, principalmente a partir dos anos de 1970-80 – que culminaram nacionalmente no desmonte da legislação social, assumindo sua mais aguda expressão com a Lei 13.429/2017, que ampliou a permissividade das práticas terceirizantes, e a Lei 13.469/2017, que trouxe novas tipificações para a contratação da força de trabalho. Na obra o Autor aprofunda esses conceitos, desvelando suas inflexões nas condições sob as quais as classes trabalhadoras se colocam em movimento por seu espaço no mundo.

Para empreender tal tarefa, nos primeiros ensaios da obra Antunes se dedica à sistematização da agenda que estabeleceu deste *Os sentidos do trabalho* (2009), articulando seu arsenal no combate às teorias do “fim do trabalho”, que diagnosticam um descolamento do capital da necessidade de trabalho vivo como consequência dos avanços tecnológicos, da aparente redução das distâncias, e do poder expansivo da comunicação na globalização incessante. Ao retomar a importância ontológica do trabalho, o autor refaz o caminho da relevância da categoria enquanto elemento fundamental da organização social, buscando expandir o horizonte restrito de sua forma sob o capital.

Aponta o autor que apenas uma visão eurocêntrica do trabalho permitiria enxergá-lo se “desmaterializando”, uma vez que, principalmente no Sul global, a maior parte daqueles que vendem sua força de trabalho não estão empregados em postos de trabalho imateriais ou vinculados à alguma facilitação digital. A apreensão totalizante conduzida por Antunes promove uma ruptura necessária com o referencial da imaterialidade, anunciando o quanto essa perspectiva, para além de limitada, não guarda lastro material com a conformação do mundo do trabalho contemporânea.

Encontrando novamente a classe trabalhadora em meio à precarização, Antunes apresenta uma sociedade assolada por uma crescente desigualdade, pelo aumento de adoecimento no trabalho, pelo esgarçamento do tecido social e desmantelamento democrático, narrando

¹ Professor Adjunto do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito – UFMG, Doutor em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Pesquisador convidado, em sede pós-doutoral, junto ao CéSor/EHESS/CNRS (2018).

² Mestra em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

os porões desse falso futuro brilhante da informatização e da privatização de serviços que, ao invés de amparar a humanidade de uma tecnologia capaz de livrar o corpo do sofrimento do trabalho, a submete à lógica e aos tempos da inteligência artificial, restando desprovida de acesso à condições mínimas de existência. Longe de promover avanços que emancipem a sociedade do trabalho, a reestruturação produtiva estaria aprofundando a desestruturação da lógica do trabalho, criando formas mais precárias de organização, materializada principalmente no proletariado de serviços e tecnologia.

A arte da capa não vem à toa. A obra *Reload*, grafite de Levalet, em Paris, é a expressão da realidade da classe que descreve o livro: um proletariado de serviços da era digital que, longe de se emancipar do trabalho físico, se encontra em condições subumanas. Frente à essa problemática, Antunes passa a demonstrar como a reestruturação do capital possibilita a extração de mais-valor a partir dos setores impactados pela tecnologia, encontrando no exemplo do trabalho de telemarketing as chaves necessárias para a aplicação da crítica da economia política materialista na atual conjuntura.

Segundo o autor, a *liofilização* da organização do trabalho – ou seja, o enxugamento de todo o tempo de trabalho não imediatamente necessário à produção, é a condição sob a qual surgem novas formas de extração de mais-valor que, atingindo as áreas de produção não material/imaterial, tornam produtivos elementos antes margeados do campo do trabalho - principalmente os setores de serviços, por força da alteração de seus limiares a partir do profundo sistema de privatizações durante a longa fase de vigência do neoliberalismo. Dessa forma, se anteriormente não eram imediatamente lucrativos e, portanto, sequer considerados como trabalho pelo capital, atualmente são atividades de extrema importância para integração da produção e circulação capitalistas, reafirmando a teoria do valor de Marx como lente para crítica e transformação do mundo.

No capítulo 3, *Infoproletariado, informalidade, (i)materialidade e valor: o novo proletariado global e suas principais tendências*, explora Antunes como a reestruturação produtiva, materializada na chamada Indústria 4.0, também conforma uma nova forma de sociabilidade capitalista, cujo objetivo central é criar a aparência de inexistência do trabalho, engolindo porções cada vez maiores de mais-valor, enquanto mina as resistências contra seus assaltos. Nas reflexões que apresenta no Capítulo 5, *A subjetividade operária, as reificações inocentes e as reificações estranhadas*, Antunes demonstra como a precarização do trabalho pressiona ainda mais os indivíduos trabalhadores (quer dentro, quer fora do mercado de trabalho) para se identificarem enquanto seres competitivos no mercado de trabalho, individualistas no introjetar da tarefa gerencial pelo produtivismo, déspotas de si mesmos.

O trabalho de Antunes é riquíssimo e merece ser aclamado. Não é uma questão menor, por exemplo, a atenção que coloca o autor na flexão de gênero tanto no masculino quanto no feminino para tratar do conjunto das classes trabalhadoras, o que por si só já denota uma relevante inflexão no campo expositivo, que não só é formal mas expressa uma preocupação concreta com a dimensão de gênero. A somatória de um sólido arcabouço teórico, que fundamenta o pensamento da sociologia do trabalho, a uma apreensão das novas categorias trazidas para descrever o mundo do trabalho, permite seu reencontro com uma classe trabalhadora em movimento de expansão e reorganização, bastante distinta da “tradicional”, passando a descrever sua composição como altamente heterogênea, quer com relação à sua condição de trabalho, quer com suas determinantes de gênero, raça, sexualidade, e localização geográfica.

Nesse sentido, a despeito de não citar seus trabalhos, Antunes caminha ao lado dos profícuos debates feministas marxistas e materialistas, que ao longo das últimas décadas

formaram importante acúmulo quanto aos limiares entre trabalho produtivo e improdutivo, não pago e assalariado, na batalha pelo reconhecimento da importância social e econômica dos trabalhos de cuidado e doméstico, historicamente tidos como improdutivos. Abraçar essa perspectiva, atualmente articulada em torno da Teoria da Reprodução Social, que divide com o autor a preocupação em atravessar o conceito abstrato de trabalho com sua determinação de gênero e raça, serve como mola propulsora para pensar a condição e sujeitos que compõe a classe trabalhadora de serviços da atualidade.

Sobre o arcabouço teórico que monta rigorosamente nos primeiros capítulos, apresentando uma leitura vasta sobre a conjuntura mundial da classe que vive do trabalho, nos últimos textos Antunes elabora sua crítica quanto aos encaminhamentos do sindicalismo brasileiro, demonstrando sua imobilidade, por razão de se imiscuir de forma pouco saudável com as necessidades de um Estado pouco afeito aos interesses reais da classe trabalhadora, tendo deixado de lado à radicalidade das pautas laborais para ascender via um discurso de cidadania. Com essa chave, o autor faz uma profunda análise da fenomenologia da crise brasileira, encontrando o ponto de inflexão no fenômeno de Junho de 2013, entendido como um levante contra a saturação e o esgotamento da mercantilização da coisa pública de um neoliberalismo que assolava o país. Uma opção pela manutenção do *status quo* da institucionalidade mesmo pelas esquerdas no poder teria gerado uma incapacidade de se utilizar dos levantes populares enquanto energia necessária para um salto para além do projeto neoliberal, culminando nos eventos destrutivos que se deram a partir de 2016 para toda a sociedade, com eixo central no mundo do trabalho.

Não é de se desconsiderar todo o conjunto de impactos resultantes das recentes contrarreformas trabalhistas experimentadas no país, sobretudo com a promulgação das leis 13.429/2017 – que ampliou a permissividade da terceirização para todo e qualquer posto de trabalho, e que é abordada de modo reiterado, ainda que não profundo – e 13.467/2017 – que desmontou toda uma série de paradigmas do Direito do Trabalho brasileiro e conferiu legalidade a diversas modalidades de contratação até então consideradas irregulares ou ilícitas, a exemplo do contrato de trabalho intermitente, pouco explorada na obra. Esta permissividade jurídica traz imensa fragilidade às balizas de proteção política a que trabalhadoras e trabalhadores submetidos à exploração assalariada possam vir a buscar, abrindo larga vereda à ampliação de lucros e da participação burguesa na partilha da riqueza, bem como à expansão da mercadorização das relações laborais em nossos tempos.

Por certo, é inconteste o grande valor da obra de Antunes. Os contributos à leitura do mundo do trabalho – e os novos desafios e problemas que nos colocam – são imensos, somando às formulações já outrora feitas pelo professor da UNICAMP a seu repertório crítico e fundamental no campo da sociologia do trabalho. Mostra-se como grande salto naquela teoria revolucionária que, como Lenin já nos legou, se coloca indispensável a uma prática revolucionária. Mas, por certo, suas principais contribuições se localizam justamente nas veredas inexploradas, apenas sinalizadas, que a obra é tão prodiga em expor, iluminando agendas de pesquisa e reflexão e abrindo caminho para a tarefa da busca e feitura de uma recomposição societal nos fará evidenciar em sua completude.

Recebida em junho de 2019

Aceita em março de 2020